

COLONIALIDADE E FALOCENTRISMO - EDUCAÇÃO ENQUANTO OLHAR

Data de aceite: 03/04/2023

Lariane Fedrigo

Mestra em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó); Graduação em Matemática Licenciatura Plena pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), - Pós-Graduação - Especialização - Metodologia do Ensino de Matemática e Física pelo Centro Universitário Internacional (Uninter), Pós-Graduação em Pedagogia da Alternância na Profissionalização Rural pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões de Frederico Westphalen (URI) – Docente da rede de Educação Básica de SC

essências sociais hierarquizadas.

BOURDIEU, 2002, p. 43

O presente estudo conceitualiza o conceito de colonialidade, sua história como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização, sendo a apropriação da natureza e de exploração territorial. Uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial. A objetividade do trabalho é apresentar os conceitos de falocentrismo, qual sua definição exposta ainda no mundo atual, os retratos das culturas a luta por espaço e direitos igualitários. Analisar a presença do falocentrismo na cultura a luta das mulheres em busca equivalência. Quais os conceitos trabalhados pela educação do falocentrismo no âmbito escolar. Sendo uma pesquisa qualitativa, com análises bibliográficas, constatando a frequência do falocentrismo nas identidades culturais.

Não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento desta visão de mundo [androcêntrica], e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra caracteristicamente masculino; e instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gênero, construídos como duas

A presença do falocentrismo muito presente na sociedade e nas culturas é ainda a luta por espaço em sociedade, sobre a sexualidade feminina têm sido tratados ao longo dos séculos e, conseqüentemente, o lugar da mulher nas relações sociais e a questão de equivalência. Os movimentos femininos, os que reivindicam as diversidades sexuais, femininas e masculinas, as novas organizações familiares, rever conceitos e pensar em novas formas de subjetivação não dominadas pelo falocentrismo.

Consideramos importante contextualizar que para Quijano (1997) o conceito de colonialidade como algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização. Essa formulação é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial. Essa distinção entre colonialidade e colonialismo permite, portanto, explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno.

Com o contexto de colonialismo a chegada de várias culturas, pode ser entender o domínio grande do falocentrismo nas culturas que são presentes até no momento atual. Destacando o falocentrismo a partir de um sexo a ser definido em oposição ao outro, numa lógica instaurada pela cultura e que deve ser aceita e até, fundamentalmente os anos 1960, tendeu a ser como natural. Assim, por esse prisma, o sexo forte, o masculino, deve dar suporte e manter em controle o frágil e compulsoriamente subalterno sexo feminino.

Em realidade, a vivência e continuada num universo sustentado por esse referencial e por interações sociais fortemente marcadas por tais pressupostos faz com que os gêneros estejam escritos corporalmente, no mais íntimo de cada um dos sujeitos e sejam então sentidos como naturais. Assim, o inconsciente sexuado estrutura-se historicamente por nascer das interações sociais que vão cristalizando as oposições características da dominação masculina e circunscrevendo ao homem a função de dominação e à mulher a condição de dominada.

COLONIALIDADE

A colonialidade para o sociólogo peruano Aníbal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990 foi concebida e explorada, Quijano deu um novo sentido ao legado do termo colonialismo, particularmente como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de descolonização e as lutas pela libertação na África e na Ásia.

O colonialismo histórico, dos recursos naturais se legitimava pela força e supremacia político-militar do estado colonizador, no contexto de colonialidade na apropriação da natureza, há outros mecanismos de poder que promovem a aceitabilidade da exploração territorial, dentre os quais se destacam consideração, como vantagem comparativa no mercado mundial. A extração de riquezas naturais, discurso da disponibilidade de terras

vazias, degradadas e inexploradas, necessidade de tornar o território economicamente produtivo, criação da ideia, força de que o progresso e o crescimento econômico se atrelam à extração de riquezas naturais. Conciliação e harmonia entre exploração capitalista da natureza e preservação ambiental e integração dos produtos primários à economia global como forma de pavimentar o caminho para era moderna.

A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. O conceito como empregado aqui, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade, que surgiu com a história das invasões europeias.

A colonialidade do saber se relaciona com a epistemologia e suas formas de reprodução de regimes de pensamento, enquanto a colonialidade do ser se refere à experiência vivida de colonização e seus impactos na linguagem e na visão de mundo dos povos colonizados. Embora a modernidade/colonialidade tenha logrado avançar nessas diferentes frentes, Escobar (2003) assevera que, no interior dessa corrente de pensamento, há três áreas de grande importância que têm permanecido sem uma adequada discussão, a saber: as relações de gênero, uma abordagem da apropriação da natureza e do meio ambiente, e, por último, mas não menos importantes, a necessidade de se construir imaginários econômicos capazes de ancorar lutas concretas contra o neoliberalismo.

A modernidade/colonialidade, se procurará compreender a inserção de novos territórios nos circuitos de acumulação do capital como expressão de uma das lógicas da colonialidade. Para isso, se lançará mão da ideia de que há uma colonialidade na apropriação da natureza, entendida tanto como resultado da construção no interior da modernidade de formas econômico-instrumentais de se pensar e explorar o meio ambiente, quanto como expressão de processos concretos de expropriação territorial que sustentam a lógica prevalecente da acumulação capitalista e mantém em funcionamento o sistema-mundo colonialmoderno.

A colonialidade na apropriação da natureza se refere, portanto, à existência de formas hegemônicas de se conceber e extrair recursos naturais considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder no tocante à apropriação dos territórios.

Pode-se afirmar que o grupo Modernidade/Colonialidade integra-se na percepção da colonialidade do poder, saber, ser como estruturantes das relações políticas globais. Aníbal Quijano possui um papel de destaque na teorização do grupo, uma vez que definiu a colonialidade do poder. Em suas palavras:

La colonialidade es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existência social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de America (QUIJANO, 2000: 342).

A expansão territorial e a dominação político-econômica das colônias foram condição indispensável para o desenvolvimento do capitalismo. No cenário atual, prescindindo de uma dominação política de corte colonial que desconhece a soberania dos povos, as grandes corporações empresariais e os conglomerados financeiros têm se valido do poder econômico para expandir e incorporar novos espaços nos circuitos de acumulação do capital. Os capitais para a produção brasileira de agrocombustíveis podem exemplificar a continuidade da incorporação de novos territórios na lógica de acumulação capitalista, além de evidenciar a vigência de uma colonialidade na apropriação da natureza, tendo em vista que os recursos naturais são vistos como vantagem comparativa capaz de garantir a integração à economia global.

FALOCENTRISMO

O estudo da masculinidade na obra de Freud exige a dissecação em separado de momentos distintos de sua produção teórica nos quais ora o conceito de masculinidade enquanto atividade (Freud, 1915; 1930), ora o complexo de a forma de amar dos homens a relação destes com a civilização ou como uma neurose tida por ele como a mais própria do masculino, a neurose obsessiva nos quais, ao conceituar sobre a feminilidade, ele tece também concepções sobre a masculinidade.

Embora haja, portanto, ocasiões em que o masculino aparece em maior evidência, Freud se concentre numa discussão pormenorizada do conceito de masculinidade ou mesmo da constituição da sexualidade masculina. Parece nítido o fato de a feminilidade ter sido trabalhada por ele com muito mais zelo do que a masculinidade.

A reflexão de mundo estruturado a partir dessa lógica opositiva delega ao homem o domínio do espaço público e direciona indelevelmente a mulher ao espaço privado ou a extensões desse como são os serviços sociais e educativos e o universo das artes. Nesse sentido, na estruturação da divisão da sociedade deve-se partir de três premissas básicas: as funções convenientes às mulheres devem estar circunscritas aos prolongamentos da esfera doméstica, uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e ao homem cabe o monopólio da manutenção de todo o maquinário e dos objetos técnicos.

Atualmente o falocentrismo ainda seja uma marca da cultura ocidental, já são perceptíveis mudanças significativas que indicam um arrefecimento desse paradigma, e talvez, o principal fator indicativo desse processo seja o fato de a dominação masculina, contemporaneamente, necessitar de justificativa. Há um movimento crescente, desde

os anos 1960, no sentido da incorporação das mulheres às funções públicas bem como, também, da assunção por parte dos homens de desejos antes tidos como apenas femininos. Entretanto, embora haja uma maior possibilidade dos sexos de transitarem por ambos os espaços, ainda tende-se a entender que cabe ao homem o domínio da cena pública, pois se à mulher é permitido exercer funções anteriormente tidas como próprias apenas a homens, ainda são direcionados predominantemente aos homens nas áreas tradicionalmente masculinas.

Analisamos algumas identidades culturais com a apresentação do Falocentrismo, com suas contribuições referenciais, destacando a presença de uma sexualidade no domínio em espaço. O falocentrismo, que se refere à construção sociocultural que leva a uma assimetria de poder entre os sexos. Esta dimensão explica a função história que a sociedade patriarcal confere às mulheres, onde o masculino e o feminino são concebidos de forma diferenciada ocupando, alguns, papéis de poder e reconhecimento e, outros, papéis de submissão e servidão. Neste caso, a representação simbólica do fálico refere-se ao sentido do viril do homem, geralmente branco e católico ou protestante, que impõe seus desejos e vontades dentro de uma sociedade socialmente estratificada e diferenciada étnica e sexualmente.

Destacamos a cultura do meio rural e sempre focalizando basicamente o setor produtivo, vinculando o desenvolvimento rural às potencialidades do setor agrícola, o que gerou um grave problema de exclusão, tanto de territórios como de grupos sociais, marginalizados deste processo (STROPASOLAS, 2006, p. 31). Outros valores não foram contemplados tais como: capital cultural das populações rurais, seu patrimônio histórico, os recursos naturais e a rede de relações sociais existentes no espaço rural (STROPASOLAS, 2006, p. 36).

Spanevello (2008) assinala que há um diferencial no preparo da sucessão nas propriedades pelos pais, em se tratando de filhos homens ou mulheres. Desde cedo, aos filhos homens cabe o acompanhamento das atividades agropecuárias em companhia dos pais e irmãos mais velhos. Já para as filhas fica o papel de serviços da alimentação, na horta e pomar, considerados de maior facilidade.

Assim como existem diferenças nos processos de socialização e nas oportunidades de inserção na atividade agrícola para rapazes e moças (Freire, 1984; Woortman, 1995; Brumer, 2004; Paulilo, 2004), eles e elas diferenciam-se também nas representações sobre a vida no meio rural, sendo as moças mais críticas e com posições mais negativas do que os rapazes. A posição mais crítica das mulheres decorre da desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar e pela invisibilidade de seu trabalho (Paulilo, 2004), mas também pelo pouco espaço a elas destinado na atividade agrícola comercial, onde atuam apenas como auxiliares (BRUMER, 2004) (BRUMER, 2007, p. 5).

A reflexão da cultura do êxito rural, voltada a presença feminina se encontra ainda a mulher como algo doméstico e na criação dos filhos, sem muito espaço na propriedade

ou na busca de trabalho fora do meio rural para ter uma renda a mais, entendida como valorização perante meio feminino. Destacamos que a presença masculina no meio rural é ainda muito forte o poder referente ser homem e traças o meio de quando nasce e assim casando. O homem como dominante do dinheiro e a propriedade em muitas questões de meio por ser algo da cultura. Muitas mulheres nunca viram o dinheiro de trabalho, sempre passando pela presença masculina, do poder do homem perante a família.

A história brasileira possui grande influência da **cultura africana e indígena**. Os negros escravizados incorporaram elementos da sua cultura à sua nova realidade, completamente diferente do que vivenciava, o que originou uma nova categoria, designada pelos historiadores como cultura afro-brasileira. Ao longo dos anos, essa herança histórica foi esquecida e até mesmo negada. No entanto, cada vez mais tem se buscado contar essa parte da história, tão importante para a construção da identidade brasileira.

O processo de trabalho escravo, o negro foi submetido e subjulgado durante anos; o direito à sua liberdade foi negado em todas as dimensões, como escreveu Mattos (2012), que mesmo após atingirem os anos trabalhados, necessários para a liberdade, eles teriam que criar meios para sua subsistência e ainda sofriam preconceito:

O preconceito se fazia presente, inclusive na Constituição do Império, que os impedia de adquirir direitos eletivos. Podiam somente participar de eleições primárias. Também não podiam se candidatar, sendo-lhes proibido o exercício de cargos como jurado, juiz de paz, delegado, subdelegado, promotor, conselheiro, deputado, senador, ministro, magistrado ou referentes ao corpo diplomático e eclesiásticos. (MATTOS 2012, p. 124).

Quando conseguiam fugir de seus proprietários, os escravos criavam pequenas comunidades independentes, os chamados quilombos; esses locais ficavam, geralmente, não tão distantes das cidades, pois havia a necessidade de comercialização, para terem formas de sustento garantidas. Os movimentos abolicionistas defendiam as causas dos escravos gratuitamente, a fim de conseguirem a liberdade de seus proprietários. O movimento recebeu apoio de alguns núcleos importantes da sociedade da época, como jornalistas, estudantes, ferroviários e caixeiros, pois o interesse maior seria a abolição da lei da escravatura.

Em 1500, quando o Brasil foi descoberto, os índios já habitavam o território. Os portugueses, então, por se sentir uma raça superior e ter um costume totalmente diferente, trataram de aculturar os índios, com seus costumes e religião católica. Porém, os índios não se subordinaram; assim, a resistência à escravização levou a batalhas sangrentas com os colonizadores, ao longo de todo processo de ocupação do território brasileiro, eliminando grande parte da população indígena. Em decorrência disso, os africanos acabaram por se tornar o principal contingente a fornecer força de trabalho escrava, a partir do segundo século da conquista.

O povo indígena, basicamente desde a descoberta, vive da natureza e do que

ela pode proporcionar, como caça, pesca, cultivo de alguns cereais, tubérculos, raízes e leguminosas que fazem parte da dieta originalmente brasileira, como mandioca para a produção de farinha, batata doce, amendoim e o milho.

Os índios brasileiros, apesar das influências sofridas de outros povos, em sua maioria, mantiveram seus costumes e pequena parte de suas terras; sendo assim, foi necessário incluir, nos moldes da educação brasileira, um campo em que se trata "do índio para o índio" (TERENA, 2015, s/p), resgatando-se alguns costumes e atribuindo-se outros da sociedade moderna, para garantir seu futuro.

Neste contexto se deparamos com a pobreza a falta de recursos e a disponibilidade das famílias, em sua cultura regional. Com toda essa contextualização e sua história a marca da mulher e seu espaço se torna muito desigual, perante o mundo atual, pela questão do falocentrismo está muito presente nesses territórios. É análise de reflexão para uma melhor contextualização. A partir dessa lógica opositiva delega ao homem o domínio do espaço público e direciona indelevelmente a mulher ao espaço privado ou a extensões desse como são os serviços sociais e educativos e o universo das artes.

No Brasil, as primeiras três décadas do século XX foram determinantes no rompimento de comportamentos e papéis antes esperados da mulher. Durante a década de 1950, aumentou a participação feminina no mercado de trabalho formal que exigia um maior nível de escolaridade e de qualificação profissional, sobretudo, nas profissões de enfermeira, médica e assistente social, professora, etc. Mesmo assim revigorava a ideia de incompatibilidade entre profissão e casamento, pois, trabalhando a mulher deixaria de lado os cuidados domésticos – casa, filhos e marido – ameaçando a estabilidade do matrimônio. (BASSANEZI, 1997).

Na sociedade brasileira, devido às tradicionais patriarcais, houve muita influência da colônia portuguesa e o casamento foi bem semelhante aos que aconteciam na Europa. Para Goldber (1984), no Brasil – colônia a Igreja Católica, para combater o concubinato (forma de união predominante nas camadas rurais e populares), defende a família patriarcal, como o principal modelo de poder na organização familiar, em que só se admitia o prazer e o desejo sexual do homem fora do lar com prostitutas ou mulheres pobres (brancas, negras, índias e mestiças), por isso elas se tornavam a companheira sexual preferida para o homem branco e também para a iniciação sexual dos meninos. Para Parker (1991, p.58)

O patriarcalismo no Brasil não foi simplesmente uma forma de organização social familiar e social, foi também uma construção ideológica, onde os conceitos de homem e mulher foram definidos em termos de oposição; o homem como um ser forte, ativo, viril e com potencial para violência; e em contrapartida, a mulher como um ser inferior em todos os sentidos: mais fraca, dócil, bela e desejada, mas de qualquer forma, e em qualquer posição social, sujeita à absoluta dominação masculina.

Nesse sentido, na estruturação da divisão da sociedade deve-se partir de três premissas básicas: as funções convenientes às mulheres devem estar circunscritas aos

prolongamentos da esfera doméstica, uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e ao homem cabe o monopólio da manutenção de todo o maquinário e dos objetos técnicos. A individualidade de cada sujeito e suas aptidões pessoais não devem ser levadas em consideração no momento da delegação dessas tarefas a homens ou a mulheres, pois sobre a égide do falocentrismo naturaliza-se a divisão sexual e direciona-se os sexos a funções nitidamente demarcadas e necessariamente contrárias, estando presente na cultura regional da dominação do sexo masculino.

O privilégio masculino é, desse modo, também, uma grande armadilha, pois a divisão dos papéis sexuais de sociedades androcêntricas acaba por fazer com que a tensão acompanhe permanentemente o homem, e ele se veja correntemente envolto em situações de prova da virilidade. Como as mulheres, os sujeitos de sexo masculino são expostos também ao processo que dá um *status* transcendente a injunções sociais, que passam a ser tidas como inevitáveis e são aceitas, portanto, como um destino. Logo, a dominação masculina impõe-se a ambos os sexos como necessária e suas disposições, ao serem internalizadas, deixam de ser vistas como uma exterioridade, passando a serem concebidas como uma identidade.

Assim, na forma de organização familiar, o sexo passa a ser concebido como condição fundamental à reprodução, ou seja, uma atribuição natural da procriação e formação da família nuclear. Pela procriação, caberia a mulher uma educação diferenciada na família, no sentido de que, desde cedo, deveriam ser preparadas ao casamento e a submissão aos maridos, ao cuidado do lar, dos filhos.

Ao passar dos anos e a busca por igualdade os gêneros buscaram seus espaços perante sociedade e política, cada a luta pelos seus direitos e a igualdade entre as partes. Como a educação como espaço de perguntas e respostas conduz, a diversidade entre os gêneros presentes ainda no século XXI.

EDUCAÇÃO ENQUANTO OLHAR

Retratar referente a colonialidade no século XXI é uma grande responsabilidade resgatando sua história, perante classe escolar com um olhar no falocentrismo, ainda presente em muitas culturas regionais e local. Conforme os autores citaram acima a presença do falocentrismo, está ainda muito presente nos âmbitos de família, trabalho, sociedade e cultura local que cada ser humano está inserido.

Buscamos analisar como educação enquanto olhar, pode contribuir para que a presença do falocentrismo, para assim perder cada vez mais suas forças perante famílias, sociedades e cultura, em um olhar na colonialidade e de igualdade.

O mundo estruturado a partir dessa lógica opositiva delega ao homem o domínio do espaço público e direciona indelevelmente a mulher ao espaço privado ou a extensões desse como são os serviços sociais e educativos e o universo das artes. Nesse sentido,

na estruturação da divisão da sociedade deve-se partir de três premissas básicas: as funções convenientes às mulheres devem estar circunscritas aos prolongamentos da esfera doméstica, uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e ao homem cabe o monopólio da manutenção de todo o maquinário e dos objetos técnicos.

Em regimes democráticos, a participação ativa e livre dos indivíduos em temas que circulam na esfera de discussão pública é um dos princípios fundamentais de uma educação transformadora. Não se prepara o sujeito para a vivência democrática e cidadã excluindo-o da reflexão crítica de temáticas caras a seu tempo. A partir disso, buscamos compreender, por meio de premissas de uma educação.

Para tanto, indagamo-nos sobre o papel que discussões sobre gênero e diversidade sexual desempenham na escola e na construção de uma sociedade mais justa e equânime, refletindo sobre as consequências de se promover interdições na educação escolar em temas fundamentais ao equilíbrio de forças sociais.

É fato que a educação formal brasileira é reflexo da sociedade que fomos constituindo (e nos constituindo) ao longo de nossa história: Na visão de Silva (2021, p. 5), “o diálogo é o balizador de uma educação que se pretende libertadora, enquanto o anti-diálogo transforma as relações humanas em práticas autoritárias e aprisionadoras” que exercem força centrípeta sobre o discurso. Nessa perspectiva, as interdições sobre a temática gênero na escola brasileira, como prática autoritária de anti-diálogo, visa perpetuar modos de relação que desequilibram forças sociais ao tentar reprimir e silenciar modos de ser e de existir.

Nessa perspectiva, percebemos o espaço escolar como um palco de disputa de poder utilizado pelos Estados-nação para a manutenção de um sistema patriarcal, tendo em vista que “currículos e programas constituem o instrumento mais poderoso de intervenção do Estado no ensino”, o que significa tanto a possibilidade de exclusão e controle de temas capazes de causar (des)equilíbrios nas correlações de forças sociais quanto a inclusão de temas ou perspectivas capazes de manter o estado de coisas (ABUD, 1998, p. 25). Logo, é perceptível a fragilidade do sistema educacional brasileiro para promover igualdades de gênero. Contrariamente, o que percebemos são práticas atuantes no gerenciamento de artifícios sexistas que mantêm a escola distante dos preceitos de escola inclusiva e equânime de que falávamos há pouco.

E enquanto discussões que fomentem a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual não se tornam parte integrante do currículo, muitos professores se questionam sobre como adentrar neste terreno espinhoso que hoje parece dominado por grupos que ameaçam, oprimem e até tentam criminalizar a profissão do professor. De nosso ponto de vista, professores de português (mas não apenas eles) ocupam uma posição privilegiada para resgatar e levar distintas vozes sociais para a sala de aula, com o intuito de examiná-las com os seus alunos. Não se trata, portanto, de aula sobre x ou y, mas da análise de discursos que atravessam a sociedade e cujos sentidos precisam ser desvendados criticamente pelo leitor proficiente.

Filiada a essa perspectiva, Felicíssimo (2020, p. 53) argumenta a favor da entrada da temática na escola e lembra que a desigualdade de gênero é responsável por inúmeros problemas sociais, como a diferença a menor dos salários recebidos pelas mulheres (ainda que desempenhando as mesmas funções) e a menor possibilidade de participação delas na vida política, além das mulheres serem “as maiores vítimas de violência doméstica; de assédio no trabalho e de violência sexual”; sendo ainda as “que mais morrem em decorrência da violência empreendida por parceiros ou parentes homens”, o que torna não apenas pertinente, mas urgente desconstruir estereótipos de gênero na Educação Básica.

Neste ponto do texto, acreditamos ter criado condições para responder à questão colocada no início deste estudo: que papel discussões sobre gênero desempenham na escola e na construção de uma sociedade mais justa e equânime? Entre inúmeras possibilidades, destacamos o imprescindível papel de desconstruir estereótipos, revisar pré-construídos, fomentar o respeito mútuo, dirimir preconceitos e desenvolver uma consciência crítica coletiva capaz de levar os estudantes a olharem para si e para o outro como partes integrantes de um mesmo corpo social, orientando as novas gerações para o ideal da igualdade dentro da diversidade.

Ao compreender que a escola é um espaço de construção de conhecimentos com dimensão formadora - informadora, entende-se que a mesma deve, entre outras questões, proporcionar discussões de elaborações de projetos que envolvam toda comunidade, buscando assim combater ou minimizar os diversos problemas que surgem em seu ambiente.

Isso posto entende-se assim que, no ambiente escolar é necessária uma permanente reflexão acerca dos desafios que surgem na realidade social cotidiana. Sobre essa questão, nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a educação escolar (1999, p.34) é tida como uma prática para que:

[...] todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

Diante de tantas lutas, dificuldades e limitações históricas, as mulheres souberam enfrentar desafios para conseguirem estudar, dadas as imposições patriarcais que determinavam ao feminino a inferioridades nas esferas públicas. Sobre tal questão, Zúñiga (1994, p.290) afirma que:

A condição social da mulher deve ser entendida no contexto sociocultural que rege a vida e o comportamento de todos. Aí se revelam preconceitos tradicionais que colocam a mulher numa posição secundária em relação ao homem. Ela tem que ser leal, submissa, doce, fiel e complementar. A família é a instituição que define a vida da mulher, porque ela é fundamentalmente, filha, esposa, mãe. Ela tem uma função tão absorvente na reprodução

social que limita sua participação na produção e nos processos políticos e comunitários. A mulher é formada para ser esposa e mãe.

Com o movimento feminista, as mulheres passaram a questionar a naturalização da sua condição social, sobretudo, quanto ao seu papel de esposa, mãe e dona-de-casa (ROCHA-COUTINHO, 1994), conseqüentemente provocando profundas mudanças nas relações de gênero (entendidas como as representações de feminilidade e masculinidade social e culturalmente construídas).

Assim, pode-se constatar que, mesmo com todas as mudanças históricas, muitas mulheres continuam a ser formadas para assumir os tradicionais papéis de gênero. Esse fato ainda se constitui numa barreira cultural para sua escolarização, especialmente, as que são pertencentes a famílias de classes populares. A educação incluindo seu espaço escolar conforme suas atividades pode trazer a história demarcada pela colonialidade e assim entrepassando pelo falocentrismo presente nas diversas culturas, como atividades a ser reforçada em seus espaços para uma sociedade de mais igualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conceitualização da história da colonialidade, instrumentais de se pensar expressão de processos de expropriação territorial que sustentam a lógica, prevalente da acumulação capitalista, procurou-se elucidar o papel da episteme na legitimação da expansão territorial e dos deslocamentos da lógica de acumulação. A produção de um conhecimento silenciador de outras realidades e de modos distintos de uso, significação e apropriação da natureza.

A ideia de uma “superioridade” do homem sobre a mulher, dando-lhe o direito, entre outros, a deliberar sobre a sexualidade feminina, está presente desde na Antiguidade. O grau máximo era ocupado pelo homem; em segundo lugar, quase tão perfeita, mas inferior, vinha a mulher. A biologização da diferença sexual foi estabelecida com base não na diferença anatômica dos órgãos sexuais, mas na supremacia do cérebro masculino em relação ao sistema nervoso feminino centrado no útero. Por anos, as pranchas anatômicas não exibiam diferenças específicas entre os órgãos sexuais masculinos e femininos, nos homens os órgãos se encontravam no exterior enquanto na mulher, no interior.

A valorização de sua história o envolvimento com a cultura regional, destacada nesse trabalho a busca de igualdade de um povo que grita por liberdade e expressão perante uma sociedade desigual. Nesta contextualização façamos a reflexão da forte presença ainda do falocentrismo na cultura local, além de lutar por espaço com cultura precisa lutar pela desigualdade de ser mulher, por gritos de liberdade. A educação como espaço escolar pode buscar em suas atividades a igualdade entre os gêneros, em projetos estabelecidos.

REFERÊNCIAS

ABUD, K. Currículos de história e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, C. **O saber histórico na sala de aula**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 28-41.

BOURDIEU, P. **La domination masculine**. Paris: Seuil, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros nacionais**. Brasília, MEC; SEF, 1997. 126p. Vol.1. (Ensino fundamental/ 1ª. À 4ª série).

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2004. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2021.

ESCOBAR, A. **Mundos y conocimiento de otro modo: el programa de investigación de modernidad/ colonialidad latinoamericano**. Tabula Rasa, Bogotá, n. 1, p.51-86, enero-diciembre, 2003.

FELICÍSSIMO, M. A análise do discurso como estratégia para o ensino de leitura. In: RIBEIRO, M. C. M. de A.; LIMA, M. dá P. B. **Ação reflexiva no ensino de português**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2020. p. 52-71.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização (1930)**. In: _____. **O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)**. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 81-178. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 21).

GOLDBERG, M. A. A. **Educação Sexual: uma proposta, um desafio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre la colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto**. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comp). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007. P. 127-167.

MATTOS, Regiane Augusto. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2012.

PARKER, R. G. **Corpos, Prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller, 1991. 295p.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder y Clasificación Social**. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I. Journal of world-systems research. v.6, n.2, 2000, pp. 342-386.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina**. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amataua, v. 9, n. 9, 1997.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **A mulher no Brasil**. In: Rocha-Coutinho, Mª Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: ROCCO. P. 66-125, 1994.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**, (1905), in Textos Essenciais da Psicanálise, vol.II, Lisboa, Europa-América, 1989; La vie sexuelle, (1923), Paris, P.U.F., 1969. Jacques Lacan, “La signification du phallus; Subversion du sujet et dialectique du désir dans l’inconscient”(1958), Paris, Le Seuil, 1966; Mais, ainda, (Seminário XX, 1972-73), Rio de Janeiro, Zahar Editores, (1975).

SILVA, A. N. da. As contribuições do pensamento de Paulo Freire para os estudos sobre as masculinidades. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2115294, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.15294.033>

SPANNEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 221 p.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 346 p.

TERENA, S. **Agora somos protagonistas da nossa história**. **Diário digital**, Campo grande, 1º de junho de 2015. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2021.

ZÚÑIGA E. M. **Educação de Adultos: Um espaço para o desenvolvimento e fortalecimento das mulheres dos setores populares**. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES, 1993, Olinda. Anais...Brasília: INEP. P.288-303, 1994.